

EDITORIAL

A Revista Política e Trabalho, número 46, implementou algumas novidades para seus leitores. A partir deste número, o dossiê temático contará com 5 a 6 artigos e a parte destinada ao fluxo contínuo, com 6 a 7 artigos, totalizando entre 12 e 13 artigos. A mudança visa melhorar ainda mais a qualidade editorial da revista. Tendo em vista sua consolidação em posições no estrato superior do *Qualis* Periódico da Capes, tem sido crescente e cada vez mais qualificadas as propostas de artigos e de dossiês enviados à apreciação da P&T. A decisão de reduzir o número de artigos publicados por edição – tanto no dossiê temático quanto no fluxo contínuo – visou, ao mesmo tempo, tornar ainda mais criteriosa a escolha dos textos recebidos, propiciar melhores condições ao trabalho editorial e, assim, poder oferecer à comunidade científica artigos de mais qualidade.

Este número traz um dossiê organizado por Simone Brito e Patrice Schuch, cuja temática remete à Sociologia e Antropologia da Moral. Se a moral é um assunto que não se desvencilha da ação, assim como da própria constituição do pensamento sociológico, por um largo tempo foi negligenciada como objeto de reflexão dessa disciplina, principalmente devido a uma orientação epistemológica enredada pela neutralidade axiológica. Essa temática, contudo, tem irrompido recentemente como assunto importante para o debate sociológico.

O dossiê “Práticas de Auditoria, Sistemas de Avaliação e Valores” é organizado por duas pesquisadoras reconhecidas nos estudos da Sociologia e da Antropologia da Moral. Simone Brito e Patrice Schuch têm suas trajetórias ligadas ao GT Antropologia e Sociologia da Moral da ANPOCS, cujo papel para a consolidação desse campo no Brasil tem sido de fundamental importância. Neste dossiê, explora-se em 5 artigos, além da apresentação das organizadoras, “uma explosão da auditoria” como fenômeno que gera normatividade, deixando transparecer que “o avanço das formas de controle e vigilância também traz consigo um novo mundo de virtudes” e este como horizonte de valores passa a ser incorporado ou chega a modificar as sensibilidades contemporâneas dentro de um mundo – em termos habermasianos – considerado pós-metafísico.

Na seção *Artigos*, apresentam-se 6 textos. Abrindo a seção, João Horta Nunes e Tatiele Pereira de Souza, com o título “Reconhecimento e profissionalismo no campo da tecnologia da informação”, buscam analisar, a partir de abordagens da Sociologia das Profissões, a regulamentação da profissão no campo da tecnologia da informação, valendo-se de procedimentos que envolvem análises qualitativas e quantitativas de documentos oficiais. Identificam a existência de tensões que emanam de posições favoráveis e posições contrárias à regulamentação da profissão,

isso se devendo em grande parte às próprias características de enredamento do campo da tecnologia nas esferas sociais.

O artigo seguinte, “Fronteiras indistintas: espaço e tempo no trabalho de tecnologia da informação (TI)”, de Daniela Ribeiro de Oliveira, Aline Suelen Pires e Amanda Coelho Martins, procura discutir criticamente o *home office* como um exemplo de trabalho flexibilizado no campo da Tecnologia da Informação, colocando em foco o imbricamento entre vida e trabalho, cuja lógica discursiva a ele atrelada é problematizada com o intuito de revelar contradições nas feições que o promovem positivamente. Para alcançar os resultados, as autoras entrevistaram semidiretivamente 45 trabalhadores em TI no estado de São Paulo, selecionando, desse total, 9 entrevistas para compor o *corpus* empírico do artigo.

Em “Controle sobre o trabalho de teleatendimento: pesquisa em uma empresa de cobrança”, as autoras Marluicy Godoy Ricci, Patrícia Saltorato e Alessandra Rachid buscam, em um estudo de caso, analisar a organização do trabalho em um *call center* de cobrança, visando compreender como se exercem as formas de controle sobre os trabalhadores e como esses reagem a elas. Utilizando-se de observação *in loco* e análise documental, sintetizam como forma predominante a do “duplo controle”, aquele exercido pela empresa e pelos clientes ao mesmo tempo. Dentro desse arranjo, a empresa mobiliza estratégias – como o *script* – no intuito de racionalizar e tornar mais efetivo o serviço.

O artigo seguinte “Sujeito da ciência e sujeito da ação política – o diálogo de Florestan Fernandes com o discurso epistemológico moderno”, de Fabricio Antonio Deffacci, Marcelo Fetz e Carlos Eduardo França, é um ensaio que procura refletir sobre os momentos de formação do pensamento epistemológico/sociológico – interfaces universal e local –, colocando em destaque momentos separados por abordagens epistemológicas distintas. Os autores situam Florestan Fernandes como pensador do segundo momento, cuja característica principal é a necessidade da crítica e da militância no fazer sociológico. Florestan Fernandes, especialmente o das últimas fases, “concebe o comprometimento do sociólogo com sua realidade social, afirmando a função social da ciência e a missão histórica dos intelectuais”.

Em mais um ensaio, “A dimensão temporal do sentido na ação social: Mead e Schütz”, Rodrigo Mota compara os pensamentos de G. H. Mead e Alfred Schütz, colocando em foco a preocupação comum dos autores quanto ao papel da consciência na ação social. O autor detém-se na tarefa de mostrar, apesar das diferenças de abordagens, o quanto o pragmatismo e a fenomenologia social podem se aproximar. O eixo de articulação o autor encontrará no papel do tempo e sua importância na definição do sentido da ação social dos dois autores.

Fechando a seção de artigos, Sandro Pereira Silva, em seu “Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil”, procura analisar, a partir da utilização de fontes bibliográficas e dados secundários, as características estruturais dos empreendimentos coletivos dos catadores de material reciclável no território nacional. O autor identifica que a profissão de catador e seus empreendimentos econômicos coletivos estão marcados por uma grande heterogeneidade, o que

impacta diretamente os resultados, tanto objetivos como subjetivos, alcançados pelos empreendimentos coletivos em questão.

Para encerrar este número, temos a entrevista com a antropóloga Cláudia Fonseca, realizada por Flávia Pires, Marcia Longhi e Pedro Nascimento. Os entrevistadores abordam temas que destacam aspectos da vida, da carreira e do pensamento dessa importante antropóloga, que diz ter o feminismo no seu DNA.

Boa leitura! Os editores.